

Conteúdo local: oportunidade ou oportunismo

Luis de Mattos*

A décima terceira rodada está batendo à porta e o assunto conteúdo local volta à tona com toda força. Passados dez anos da sétima rodada, o amadurecimento da discussão e o conhecimento do mercado são claros. As concessionárias têm hoje melhores condições para ofertar de forma mais consciente e o país entende melhor que o petróleo pode ser um bilhete premiado quando bem administrado, mas também pode causar instabilidade política e insegurança quando passa a ser a principal fonte de renda de uma nação.

O petróleo é uma fonte de energia esgotável. Ao terminarmos a fase de exploração e produção do pré-sal, olharmos para trás e descobriremos que deixamos passar nossa oportunidade de crescer como nação, então nós falhamos, como cidadãos e como país.

Temos que decidir que rumo nós iremos tomar. Onde queremos estar daqui a 30 anos? O que queremos ser? Uma nova Noruega ou uma nova Malásia? Trinta anos passam muito rápido. Para um país que tem política de governo, trinta anos é uma eternidade. Para um país que tem política de Estado, trinta anos é um suspiro.

A Noruega levou anos desenvolvendo seu conteúdo local para chegar ao grau de excelência tecnológica que possui hoje. Países como

Inglaterra e Estados Unidos possuem política de conteúdo local. Estaleiros e armadores norte-americanos são totalmente blindados pelo Jones Act, criado em 1920 para fomentar a indústria local e nunca removido, até os dias de hoje. Política de Estado em sua essência.

É lógico que o Jones Act possui oportunidade de *waiver*, assim como nossa política de conteúdo local. Na aquisição de bens e serviços com preços ou prazos muito maiores do que o mercado internacional, a operadora pode pedir *waiver* e deixar de comprar o produto no Brasil. Só que o pedido de *waiver* tem que ser feito antes da aquisição do produto e não depois.

Pequenas decisões como esta, somada com uma boa estratégia de compras e suprimentos, tem alcançado resultados significativos na redução de multas às concessionárias.

Mas este é o caminho longo e difícil. Nossos economistas que nunca usaram um capacete discordam. O caminho mais fácil é dizer que o conteúdo local atrapalha a livre concorrên-

Renato Machado



Agência Petrobras



Onde queremos estar daqui a 30 anos? O que queremos ser? Uma nova Noruega ou uma nova Malásia?



Uma coisa que aprendi morando dez anos no exterior é que gringo não se importa com a existência de regras, só quer que elas sejam claras e estáveis

cia e que o Brasil não tem condições tecnológicas para acompanhar o pré-sal. E falam isto no ano em que a Petrobras ganha um prêmio internacional na maior feira de tecnologia de petróleo do mundo.

A verdade é que o brasileiro só quer ser sócio de clube que não o aceita como sócio. A síndrome do vira-lata. Foi um cara igual a mim que fez? Então não serve!

A meu ver está muito claro que o grande problema do nosso país é a produtividade, ou a falta dela. Produtividade comprometida por uma infraestrutura precária, por um ensino fundamental de qualidade longe de ser universal, por uma carga tributária sem retorno e por leis trabalhistas obsoletas que não conseguem conviver com a nova conectividade e mobilidade. Tudo isso somado a nossa famosa Lei de Gerson *way of life*. O sujeito reclama do congestionamento, mas dirige pelo acostamento. A culpa é sempre do outro ou do governo. Como se os governantes fossem importados de outro lugar e não reflexo de nós mesmos, só que de paletó e gravata.

Outro grande problema de nosso país é a insegurança que empresários e investidores têm com as constantes mudanças de regras. E sem empresários não tem emprego. A não ser que decidamos estatizar a Vivo, a Oi, a TIM e a Claro e voltarmos a ter a nossa velha e boa Telerj. Bons tempos aqueles que um telefone custava o preço de um carro.

A instabilidade jurídica é um risco muito maior do que o conteúdo local. Autoridades que mudam regras e políticos que mudam leis ao sabor do vento só geram mais insegurança no empresariado.

O brasileiro se pergunta: será que essa lei vai pegar? Acho que essa não vai pegar! Aí ele não

acredita e descobre depois que é para valer e paga um caminhão de multa. A sétima rodada foi em 2005, mas só em 2009 que as pessoas começaram a se preocupar com conteúdo local.

Mas aí o brasileiro se pergunta: então agora é para valer? Acredito que sim! Aí ele investe milhões em uma planta no Brasil para depois o governo dizer que não é bem assim e que podemos comprar na China.

Ah, mas isso é pontual e a culpa é da Lava-Jato! Veja bem, acreditar que se tudo fosse comprado na China não haveria Lava-Jato é o mesmo que dizer que a Polícia Federal e o Ministério Público teriam acesso irrestrito aos empresários e autoridades chineses. Só que não. A Lava-Jato é o remédio. A causa é o Petrolão. A estagnação momentânea e a revisão dos planos de negócios é o sintoma. Suspender o remédio para evitar o sintoma só aprofunda a doença. E jamais confunda a ganância de poucos com todo um exército de funcionários comprometidos e honestos.

E também uma coisa que aprendi morando dez anos no exterior é que gringo não se importa com a existência de regras, só quer que elas sejam claras e estáveis. Para poder fazer seu plano de negócios (eles não confundem improvisos com inovação). A taxa de retorno é que vai decidir se o investimento é viável. Só não vale mudar a regra no meio do projeto. Não dá para fazer negócios com quem rasga contratos.

Esses são os verdadeiros desafios de se produzir no Brasil. Tirando tudo isso, o conteúdo local fica facinho, facinho... ■

*Vice-presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia Naval (Sobena)